

FELIPE PEIXOTO BRAGA NETTO

Membro do Ministério Público Federal (Procurador da República);
Doutorando em Direito pela PUC-RIO/ESDHC; Mestre em Direito pela
UFPE; Professor da Escola Superior do Ministério Público da União;
Professor da Escola Superior Dom Helder Câmara (2003/2014);
Professor da PUC-Minas (2002/2006); Procurador Regional Eleitoral
de Minas Gerais (2010/2012); Advogado da União (1999/2002);
Articulista do site www.domtotal.com

TEORIA DOS ILÍCITOS CIVIS

2ª edição

2014

 EDITORA
JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050

E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

Diagramação: Maurício Amaral (mauricioamaral@live.com)

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

NOTA PRÉVIA.....	13
APRESENTAÇÃO.....	15
PREFÁCIO.....	17
CONTEXTUALIZAÇÃO DO LIVRO	19
ILÍCITOS CIVIS: UMA CATEGORIA EM BUSCA DE SISTEMATIZAÇÃO ...	21
 CAPÍTULO 1	
OS ILÍCITOS CIVIS: AS QUESTÕES FUNDAMENTAIS	25
1.1. Visão tradicional: a insuficiência dos padrões clássicos de referência	25
1.2. Lícito e ilícito: diferentes graus de refinamento teórico	26
1.3 A ausência de um estatuto teórico para os ilícitos	28
1.4. Ilícitos civis: eficácia ou eficácias?.....	29
1.5. Ilícito civil e responsabilidade civil: a impertinência da identificação	32
1.6. O ilícito civil como uma categoria tradutora de padrões pecuniários: uma visão historicamente gasta	33
1.7. Ilícitos civis: tutela repressiva e tutela preventiva	34
1.8. Ilícito civil: a violação aos conteúdos normativos civis	37
 CAPÍTULO 2	
OS SISTEMAS DUAIS E SUA CRISE: O FIM DAS GRANDES CERTEZAS....	39
2. 1. Dualismos e brechas conceituais: a complexidade dos nossos dias ...	39
2. 2. Lógica bivalente: uma constante nos raciocínios jurídicos	42
2. 3. Da origem aristotélica aos novos modelos	43
2. 4. A provisoriedade das “certezas” científicas	45
2. 5. As dicotomias jurídicas clássicas e sua inadequação	46
2. 6. A física contemporânea: o fim das certezas?	51

2.7. Dos dilemas duais às revoluções conceituais: os caminhos do conhecimento	53
---	----

CAPÍTULO 3

DIREITO CIVIL E REVISÃO DOS PARADIGMAS: OS NOVOS RUMOS.... 55

3.1. Direito civil e codificação: um casamento que finda?	55
3.2. Direito civil: a perda do <i>status</i> diferenciado.....	58
3.3. Direito civil e crise: o fim de uma era?	59
3.4. O recrudescimento da hermenêutica: novos problemas, novas respostas.....	61
3.5. A inadequação das ferramentas teóricas tradicionais.....	65
3.6. Retomando a trilha da historicidade.....	69

CAPÍTULO 4

O ILÍCITO NA TEORIA GERAL DO DIREITO: DOIS AUTORES

PARADIGMÁTICOS 71

4.1. O ilícito como categoria fundamental da teoria geral	71
4.2. Teoria geral do direito: saber generalizante	73
4.3. Dois autores: Kelsen e Pontes de Miranda.....	76
4.3.1. Concepção de norma jurídica.....	76
4.3.2. A questão da sanção	77
4.3.3. O ilícito como parte integrante da norma jurídica.....	79
4.3.4. A questão da juridicidade: o ilícito é jurídico?.....	82
4.3.4.1. A doutrina clássica	83
4.3.4.2. A doutrina Kelseniana	84
4.3.4.3. A doutrina ponteana	85
4.4. Dois paradigmas de análise: a adoção de um deles	86

CAPÍTULO 5

O ILÍCITO CIVIL E OS TIPOS: A ABERTURA OU FECHAMENTOS

DAS ESPÉCIES 91

5.1 Regras e princípios: do legalismo aos valores	91
---	----

5.2. Tipos abertos e tipos fechados: um debate esquecido	97
5.3. Os valores prestigiados: a segurança jurídica ou a incerteza dos princípios?	98
5.4. Critério tradicional: os tipos fechados.....	99
5.5. Inversão de perspectivas: possibilidades.....	99
5.5.1. O direito civil de hoje: seu caráter aberto	100
5.5.2. Violação ao ordenamento e violação à norma: diferenças ..	101
5.5.3. A impertinência da transposição dos modelos: crítica	102
5.6. Ilícitos civis: a inexistência de padrões uniformes	104

CAPÍTULO 6

A CLASSIFICAÇÃO TRADICIONAL DOS ILÍCITOS CIVIS 107

6.1. A Culpa.....	107
6.2. O Dano	108
6.3. A obrigação de indenizar	111
6.4. A consciência	112

CAPÍTULO 7

CLASSIFICAÇÃO PROPOSTA DOS ILÍCITOS CIVIS: TRÊS PLANOS DE ANÁLISE 115

7.1. Classificação a partir do suporte fático abstrato: ilícitos culposos e ilícitos não culposos.....	115
7.1.1. A culpa e o ilícito civil como gênero: incompatibilidades....	116
7.1.2. O declínio da culpa: uma tendência contemporânea	117
7.1.3. Direitos da personalidade: ilícitos sem culpa	119
7.1.4. Ilícitos culposos e não culposos: terminologia e critérios de distinção	120
7.1.5. Inversão de perspectiva: o largo espectro dos ilícitos não culposos.....	123
7.1.6. Síntese: o critério da culpa	124
7.2. Classificação a partir dos efeitos produzidos	124

7.2.1. Ilícito indenizante	126
7.2.2. Ilícito caducificante.....	127
7.2.3. Ilícito autorizante	129
7.2.4. Ilícito invalidante.....	132
7.2.5. A eficácia como referencial de análise.....	134
7.3. Classificação a partir da relação jurídica violada.....	135
7.4. Ilícito funcional	143
7.4.1. Conceitos funcionais: progressiva importância	143
7.4.2. Ilícito funcional: contornos conceituais e terminologia	144
7.4.3. O ilícito funcional como uma cláusula geral	147
7.4.4. Abuso do direito: a rigidez da concepção tradicional.....	150

CAPÍTULO 8

CONCLUSÃO - UMA CATEGORIA MULTIFORME: AS NOVAS

FEIÇÕES DA ILICITUDE CIVIL	153
---	------------

BIBLIOGRAFIA	157
---------------------------	------------